

# Somos todos iguais?

» PAULO PAIM

Senador (PT-RS), é presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso

O racismo no Brasil está presente na sociedade, nas instituições, no poder público, na política, no setor privado. As novas e velhas gerações precisam abdicar da falsa visão de que somos uma democracia racial. O racismo é estrutural. Está alicerçado no sistema escravocrata que não foi inteiramente removido. Não enfrentá-lo é omitir-se, é permitir a continuação das mazelas sociais.

A população brasileira é composta por 56,2% de pretos e pardos. Estamos falando de aproximadamente 118 milhões de pessoas. A maioria é pobre e vive em condições subumanas, em moradias precárias, sem saneamento básico e água potável. As correntes, que prendiam ontem pés e mãos, hoje são visíveis no desemprego, na inexistência de oportunidades iguais; na saúde precária, na educação que cada vez fica mais distante, na falta de segurança.

As verdades mais profundas são alcançadas quando precedidas pelo silêncio. E é isso que acontece. As vozes calam-se ante o olhar que discrimina pela cor da pele e pelo cabelo afro; pelas palavras que insultam, por gestos obscenos; pela insolência de uma suposta "superioridade". Não basta mais fazer referência à Constituição, "todos são iguais". Temos que indagar: "somos todos iguais efetivamente?"

"A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai para debaixo do plástico. E vai de graça para o subemprego. E para os hospitais psiquiátricos... A carne mais barata do mercado é a carne negra", diz a canção. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado;

balas perdidas mataram as crianças Emily, Rebeca, João Pedro, todas com menos de 15 anos. Em 24 horas, 13 mulheres são mortas e a maioria, negra; 60% das prisões são provisórias e são os negros que estão lá. As religiões de matriz africana são alvo de 59% dos crimes de intolerância religiosa.

Assassinatos, discriminações e abordagens policiais malfeitas não são de agora. Isso vem de décadas. Em 1987, o negro e operário Júlio Cesar de Melo Pinto foi preso, suspeito de assalto a um supermercado em Porto Alegre. Entrou ileso numa viatura e chegou morto ao hospital. As investigações o inocentaram. Mas os açoitados desse bárbaro crime construíram geografias nas costas dos seus familiares que até hoje choram sua perda.

Jovens não são aceitos para vagas de emprego por serem negros. Quando são aceitos, recebem os menores salários. É exceção os negros chegarem a cargo de coordenação ou gerência. São pouquíssimos os negros nas instâncias superiores dos partidos. Isso é uma realidade que se repete no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Os números de senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores negros são baixíssimos.

Mesmo com todas as adversidades, aos poucos, vamos corrigindo a defasagem estrutural da sociedade. Não podemos desistir. É persistir sempre, fazendo o bom combate, a boa política. Um dos caminhos é a ação legislativa. A Lei 12.288/2010, oriunda de projeto de nossa autoria, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, é a mais completa norma

jurídica para a promoção da igualdade racial: direito à saúde, à educação, acesso à terra e à moradia; direito ao trabalho e aos meios de comunicação, entre outras.

Em novembro último — mês da Consciência Negra —, o Senado aprovou três projetos: o que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Aliás, o STF reconheceu, recentemente, essa aspiração; o que reconhece o sítio arqueológico do Cais do Valongo (RJ) como patrimônio da história e da cultura afro-brasileira e o que cria o Selo Zumbi dos Palmares nos municípios que adotarem políticas afirmativas; já promulgado pelo presidente do Senado. Temos que aprovar ainda o que reserva vagas para estudantes negros e negras nos programas de pós-graduação.

Precisamos ainda instalar a Subcomissão da Igualdade Racial no Senado. Outro projeto, que trata da abordagem policial, aprovado no Senado aguarda votação na Câmara. Outras propostas precisam de urgência como o PL 4656, que estende a vigência da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). Do contrário, perde a validade em 2022.

Enquanto houver racismo e discriminações, não haverá democracia. Buscamos a harmonia da sociedade, onde negros, brancos, indígenas, LGBTQIA+, migrantes, refugiados e ciganos, entre outros, vivam como irmãos, em fraternidade; que haja respeito às diversidades e às diferenças, aos direitos humanos. Que todos tenham oportunidades iguais e caminhem juntos sob a luz de políticas humanitárias e libertárias.



## O futuro da saúde pós-pandemia

» RENATO CASAROTTI

Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge)

O sistema de saúde caminha a passos largos para uma transformação focada na prevenção e no protagonismo do usuário. Os avanços tecnológicos facilitarão, cada vez mais, o atendimento e a realização de diagnósticos remotamente, em tempo real e de qualquer lugar.

Já é possível uma precisão de 90% a 99% na leitura de imagem diagnóstica por inteligência artificial. No desenvolvimento de IA de predição, tem sido possível acertar mais de 50% da população que terá AVC e infarto em 12 meses. É uma amostra do que seremos capazes de prever e monitorar. Precisamos nos preparar para receber toda a transformação que veremos nos próximos anos em genética, dados, biossensores, informação em tempo real e 5G, com o monitoramento dos pacientes.

Mas é importante que toda essa transformação seja focada na experiência do paciente e, simultaneamente, traga ganhos de qualidade e, principalmente, de eficiência. Mudanças que não atacam problemas essenciais tendem a ser meras geradoras de custo e desperdício, tão perniciosos ao nosso sobrearregado sistema de saúde. Da mesma forma, as inovações tecnológicas precisam ser um meio eficaz de transformação do comportamento dos brasileiros. Mesmo porque é com a coordenação do cuidado e o engajamento das pessoas que mudaremos a ordem das coisas e promoveremos saúde em vez de simplesmente tratarmos doenças agudas.

Por sinal, a própria pandemia, a despeito das terríveis perdas humanas, acabou acelerando mudanças que têm ajudado na evolução do nosso sistema de saúde. Um exemplo é o ganho de agilidade no processo de desenvolvimento, aprovação e produção de vacinas. Da mesma forma, a disseminação

e a popularização da telessaúde, particularmente das teleconsultas, é outro legado importante desse período desafiador. São conquistadas da nossa sociedade que precisam ser preservadas e defendidas.

Falando em telessaúde (gênero do qual a telemedicina é espécie), a regulamentação definitiva, que traga segurança jurídica para quem a opera e para os que a utilizam, é imprescindível. Não podemos ter retrocessos nesse campo. Por sinal, pesquisa da Abramge com associadas responsáveis pela cobertura de 9 milhões de beneficiários indica que já foram realizados mais de 4,2 milhões de atendimentos desde o início da pandemia (até agosto/2021). Cerca de 90% das consultas remotas foram capazes de resolver as demandas sem a necessidade de deslocamento do paciente, com índice de satisfação altíssimo.

Infelizmente, nossos representantes no parlamento ainda não conseguiram conciliar os pontos controversos das principais propostas sobre telessaúde que lá tramitam, como as questões da remuneração dos médicos, das limitações territoriais da prática e da obrigatoriedade de primeira consulta presencial. Reconheço que diferentes interesses e visões estão em jogo. Mas precisamos avançar com uma legislação equilibrada, enxuta e capaz de preservar o acesso. Restrições excessivas, ainda que bem-intencionadas, tendem a bloquear o desenvolvimento da atividade e atrapalhar a inovação, que é a força motriz de toda a atividade, inclusive da medicina.

É fundamental que os nossos marcos legais e arcabouços regulatórios estejam preparados para a transformação digital que presenciamos. E aqui valem duas máximas importantes: menos é mais e, adicionalmente, indução é mais eficiente que

restrição. As nossas normas devem se concentrar em regras e princípios gerais, afastando a tentação de detalhes excessivos e pormenores técnicos que, invariável e rapidamente, se tornam obsoletos e anacrônicos. Isso vale especialmente para as leis editadas nas nossas casas legislativas. É muito comum vermos leis extremamente detalhadas tornarem-se letra morta ou, pior, engessarem a inovação por não serem compatíveis com a velocidade e o dinamismo da ciência e seu impacto na nossa economia. A agilidade é o nome do jogo. Por isso, é fundamental deixar os detalhes técnicos para as normas infralegais, normalmente editadas por pessoas com mais expertise e podem ser ajustadas mais celeremente.

Há espaço para fomentar a cocriação de valor em saúde no Brasil, na esteira dos negócios colaborativos que proliferam mundo afora. As operadoras de planos de saúde podem dar suporte a essa jornada de evolução tecnológica, lançando mão de todo o conhecimento acumulado em dados e indicadores de eficiência, bem como das recentes experiências de gestão de saúde populacional.

Podemos acelerar a inovação no nosso setor nos dedicando mais à integração e à colaboração em tempo real. Também não podemos nos esquecer de que a transformação na saúde deve respeitar preceitos fundamentais, como segurança de dados, ética e sustentabilidade. Nosso papel, enquanto elo fundamental da cadeia produtiva da saúde, é trabalhar com a inovação para sermos agentes da transformação — e não vítimas dela. Também precisamos nos manter atentos para que as mudanças sejam promovidas visando a melhorar a vida das pessoas. Porque inovação é meio e, por isso, necessita de propósito.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Políticos seguem loteando e descaracterizando a cidade

Com a aprovação agora de mais um polêmico PL criando cinco lotes na parte Oeste do Eixo Monumental, a Câmara Legislativa do Distrito Federal reafirma a tese, há muito levantada por esta coluna, de que a representação política, nos moldes como foi constituída aqui na capital, nos anos de 1990, veio para confundir os brasilienses, onerar os cofres públicos locais e, de quebra, promover um processo perverso e lento de descaracterização urbana, por meio da transformação de imensas áreas públicas em moeda de troca política.

Com isso, esses senhores com assento na Câmara Legislativa vão, a cada legislatura e a cada projeto aprovado, arruinando o que ainda resta de qualidade de vida da população local, dentro e fora da área tombada pela Unesco, que classificou Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Desde os primeiros dias de atuação desses representantes locais, essa coluna já vinha alertando os leitores para o perigo que a capital corria por deixar entregue nas mãos de políticos afoitos, sem apreço pela cidade e sem conhecimento técnico, assuntos sérios e delicados envolvendo questão urbana e de arquitetura.

De lá para cá, o que se viu foi uma enxurrada de projetos aprovados, de forma marota e em total desacordo com as boas práticas do urbanismo, provocando um verdadeiro caos na cidade.

Grandes áreas, inclusive de proteção ambiental, passaram a ser loteadas do dia para a noite, num esquema conhecido como "um voto, um lote". Com isso, ao que se assistiu foi um gigantesco processo de crescimento populacional que acabaria por congestionar todos os serviços públicos, trazendo para a capital problemas urbanos que muitos brasilienses só conheciam por meio de noticiário.

Desde sempre, também chamamos a atenção para o risco que áreas verdes e não edificantes existentes por toda a cidade, e que são partes fundamentais e complementares de todo o processo arquitetônico, passariam a correr sob o olhar interesseiro desses políticos.

Em conluio com empreiteiros gananciosos, deu no que deu. O que esses distritais não compreendem é que os espaços vazios existentes em nossa singular cidade não estão lá ao acaso. Foram propositalmente criados para harmonizar espaços cheios e vazios da mesma forma que, em uma sinfonia, existe o som e o silêncio.

Para esses senhores e seus padrinhos, nessa missão de destruir o projeto original da cidade, as áreas verdes devem ser todas elas alienadas o quanto antes. Se nada for feito, áreas de monumentos, áreas verdes não edificantes vão ser mais um rasgo no projeto da capital do Brasil.

### » A frase que não foi pronunciada

“Orai e vigiai.”

**Dona Dita escrevendo um bilhete para a senadora Simone Tebet, depois que soube da nova empreitada do MDB.**

### Reconhecimento

Quem elogia o HRAN é Antonio Picarelli. Tratado depois de contrair covid, comenta na roda de amigos a dedicação dos profissionais daquele hospital. Ao receber alta, recebeu a família com diploma de guerreiro e balões coloridos.

### Abandono

Aos poucos o espelho d'água do Lago Paranoá vai diminuindo drasticamente. Sem draga para desfazer o assoreamento das áreas tomadas por lixo e mato, os bichos exóticos vão tomando conta, espalhando excrementos e carrapatos.

### Trânsito

É notada a diferença no trânsito da cidade com os braços cruzados dos rodoviários. Engarrafamentos e trânsito nervoso. Pelos altos impostos pagos nessa cidade, já passou da hora de os cidadãos de bem começarem a cobrar mais ação e menos discursos. Não temos transporte decente na capital do país.

### Paralelo

Enquanto uns usam da caneta e do cargo para fazer o crime acontecer, outros recorrem aos fuzis e à violência explícita. Nesse caso, é possível afirmar que uma canetada mata tanto ou mais que as próprias balas de fuzis. Perigo real desses dois grupos, que agem tanto dentro da máquina pública quanto na periferia de todas as nossas metrópoles, deve merecer atenção redobrada, principalmente quanto ao endurecimento da legislação penal.

### Das arábias

Nos Emirados Árabes Unidos, a semana de trabalho passou a ser de quatro dias, como na Islândia.

### » História de Brasília

O único baile a se realizar sem "peneiras" será, provavelmente, o do próximo dia primeiro, no Teatro Nacional. Compareça, dê seu apoio, que estará apoiando a cidade. (Publicada em 15/02/1962)